Ñanduty
ISSN:2317-8590

# Por um feminismo popular: entrevista com Magali Mendes[1]

Danielle Tega (UFGD/CLAEC – dani.tega@uol.com.br)
Simone Becker (UFGD/CNPq – simonebecker@ufgd.edu.br)
Magali Mendes (PLP Cida da Terra – magali.mendes2011@gmail.com)

## 1. Apresentação

Desde a aprovação e veiculação da chamada do presente dossiê, intitulado "Memórias e práticas {sociais} de resistências", idealizamos o convite à Magali Mendes – tanto pela amizade que cultivamos com a entrevistada, como pela admiração que por ela nutrimos. Se utilizamos alguns parágrafos para expressar um pouco sobre essa relação, foi porque os transbordantes encontros desta entrevista só foram possíveis por conta dos vínculos políticos, éticos e afetivos com Magali.

Talvez valha desde já destacar que os laços entre as três participantes desta entrevista foram construídos devido ao "projeto-movimento" de Promotoras Legais Populares (PLP). Amelinha Teles, uma das fundadoras da União de Mulheres de São Paulo, explica como foi concebida essa iniciativa no Brasil. "Após um seminário promovido pelo Cladem [Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher] em 1992, em que advogadas de vários países apresentavam experiências jurídicas com mulheres, a que mais me impressionou foi essa: formar Promotoras Legais Populares (PLP) por meio do oferecimento de conhecimento jurídico para que as mulheres pudessem conhecer seus direitos e decidir qual o melhor caminho a ser tomado". (Tega, Bellucci, Teles, 2019:169). Naquele momento, a União de Mulheres uniu-se ao Grupo Themis para construir essa proposta de educação popular em direitos numa perspectiva feminista. Ainda que tenham nascido praticamente juntas, as propostas seguiram caminhos diferentes: "o Grupo Themis ficou mais voltado à profissionalização, enquanto nós, da União de Mulheres, buscamos mobilização e conscientização" (idem:170). Desde então, o projeto disseminou-se pelas cinco regiões brasileiras e, em breve, completará 30 (trinta) anos.

[1] A transcrição foi feita por Vinícius Ferraz Martins (UFGD, vfmartins@live.com), a quem agradecemos pela escuta e pelo cuidado com as palavras desta entrevista.

Ñanduty
ISSN:2317-8590

Remontemos, agora, a 2017, ano que inaugura o "projeto" de Promotoras Legais Populares (PLP) em Jundiaí, coordenado por Aline Maria, Camila Godoi, Dani Tega e Natiê Benite. Nos dois primeiros dias de julho desse mesmo ano, ocorreu, em Campinas, o "Seminário Promotoras Legais Populares 2017", com a participação de mulheres de diferentes estados e experiências em relação ao projeto. Na mesa de abertura, Magali fez uma fala inspiradora, pontuando que as PLP não seriam fruto de um "curso", tampouco de um "projeto", mas de um "projeto-movimento". Aqui estaria uma das principais características da educação popular feminista praticada há cerca de três décadas pelas PLP: os encontros entre mulheres e pessoas não binárias não se limitariam à promoção de ferramentas por "acesso à justiça", mas abrangeriam a construção de rede e ações cotidianas baseadas numa luta antipatriarcal, anticapitalista, antirracista e antiLGBTfóbica. A partir desse encontro, as ligações afetivas e políticas entre Dani e Magali tiveram início e, em meio a convites e parcerias, fortaleceram-se. As duas talvez tenham se cruzado anteriormente pelas ruas de Jundiaí, cidade de origem de ambas; certamente se toparam em algum momento nos corredores da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), na qual Magali foi servidora pública e sindicalista, e Dani cursou graduação e doutorado. Mas foram as Promotoras Legais Populares que proporcionaram o encontro entre as duas.

A aproximação de Simone com Magali se deu também tendo como disparador as PLP. Entre fevereiro e março de 2021, Simone e Katiuscia Moreno Galhera se reuniram virtualmente com Dani, para que esta repassasse às demais o que tanto era, a partir de sua vivência, o projeto-movimento das PLP, referenciando Magali como uma inspiração. Em maio do mesmo ano, Simone conhece Magali no curso "Teorias feministas e neoliberalismo: debates contemporâneos"[2], ministrado/conduzido por Dani. Magali participaria do curso não apenas enquanto aluna matriculada, mas também como interlocutora (Lima, Mendes, Silva, 2021), já que um dos pressupostos do curso era pontuar a produção de conhecimento vinda também de movimentos sociais.

Nas trocas tão afirmadoras de vida, em junho de 2021, Magali generosamente acompanhou a defesa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Relações Internacionais na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) de Ademar Abolis da Silva Amorim,

[2] O curso foi veiculado pela Escola Latino-Americana de Altos Estudos em Cultura (ELACult) do Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura (CLAEC). Vale dizer que a atividade final do curso feita por Simone foi justamente uma primeira versão da chamada deste dossiê, posteriormente (re)tecida com Katiuscia.

Ñanduty
ISSN:2317-8590

(des)orientadx por Simone, intitulado "A guerra às drogas e o encarceramento de mulheres no Brasil: uma análise interseccional acerca do genocídio estratégico em terras-*brasilis*". Em novembro, Magali participa, como convidada, em um dos encontros da disciplina (com intentos indisciplinados) "Leituras afetadas por Michel Foucault", ofertada por Simone junto à Pós-Graduação em Antropologia (PPGAnt/UFGD). Nessa ocasião, Magali compartilha sobre o projeto das PLP no sistema carcerário feminino de Campinas/SP. Assim, o projeto-movimento das PLP expande suas ações, como a própria entrevistada remarcaria em um *podcast* (Mendes, 2021). Desde a ausência de concessão gratuita de absorventes até a falta de visitas para mulheres encarceradas, são questões que remontam à noção tão atual da biopolítica para Michel Foucault (2010). E, então, do racismo (de Estado e similitudes) como indissociáveis da ferramenta-conceito da biopolítica.[3]

Ainda nas intensidades de 2021, nos meses de outubro e novembro, Simone, Kati e Lucia Pereira, compondo o grupo do estado de Mato Grosso do Sul, especificamente Dourados e região, participam da pioneira turma do curso virtual de "formação de formadoras" das PLP – numa parceria da Associação Cida da Terra (Campinas/SP) com a União de Mulheres de São Paulo. As reuniões foram realizadas em meio à pandemia da covid-19 e em um momento no qual as violências contra as mulheres aumentaram significativamente, com destaque para as intrafamiliares e/ou praticadas por conhecidos[4]. Durante esses dois intensos meses, os encontros através da plataforma *Google Meet* e as trocas tecidas pelo aplicativo do *WhatsApp* (batizado de "3 Formação de Formadoras") proporcionaram acalento e aconchego para as mais de duas dezenas de mulheres de diferentes estados brasileiros. Uma das atividades realizadas por conta do curso – e do interesse, portanto, em construir o projeto-movimento de PLP no sul do Mato Grosso do Sul – foi realizada presencialmente na *oga pysy* (casa de reza e medicina tradicional) da *ñandesy* Kuña Yvoty, ou "dona Lulu", em Amambai/MS. Além de Simone, Kati e Lucia, participaram, nesse momento, Erenilda Franco, Jhélice Franco e Dani.

[3] "Com efeito, que é o racismo? É, primeiro, o meio de introduzir afinal, nesse domínio da vida de que o poder se incumbiu, um corte: o corte entre o que deve viver e o que deve morrer. No contínuo biológico da espécie humana, o aparecimento das raças como boas e das outras, ao contrário, como inferiores, tudo isso vai ser uma maneira de fragmentar esse campo do biológico de que o poder se incumbiu; uma maneira de defasar, no interior da população, uns grupos em relação aos outros" (Foucault, 2010: 214).

[4] Sugerimos a consulta ao site do Fórum Nacional de Segurança Pública, bem como do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) – fundação pública que subsidia ações governamentais, como por exemplo, do Ministério da Economia em seus Atlas da Violência dos anos de 2020 e 2021 (Ipea, 2022; 2022b).

Ñanduty
ISSN:2317-8590

No final de 2021, já estávamos completando dois anos de muitos traumas que transbordavam em dores espraiadas em nossos corpos-almas-psiques, com milhares e mais milhares de mortes evitáveis em um país governado pelo (denunciado como genocida) Jair Messias Bolsonaro e o negacionismo que embalou sua equipe na gestão da pandemia.[5]

Feitas essas considerações, complementamos que a conversa sob o formato de "entrevista" com Magali Mendes se deu em ao menos quatro momentos, diferentes e complementares entre si. O primeiro foi o encontro presencial no dia 24 de junho de 2022, em Campinas/SP, com Magali nos recebendo em sua casa. Durante a intensidade desse encontro de "corpo-presença", recebemos a notícia do assassinato de Vitor Fernandes, vítima de uma violenta e ilegal ação de despejo praticada pela Polícia Militar (PM) do estado de Mato Grosso do Sul no *tekoha Guapo'y*[6].

O segundo encontro ocorreu em formato virtual pela plataforma Google Meet. Um possível roteiro, que serviria como fios condutores da prosa, foi encaminhado com antecedência para Magali, a fim de que pudesse maturar o que tanto desejava conosco partilhar. Após a gravação dessa conversa, ocorrida em 28 de julho de 2022, a transcrição literal foi realizada pelo querido Vinícius Ferraz Martins, para que posterior edição tecida por Dani, Simone e Magali se fizesse neste real que segue.

Antes, porém, de nos acalentarmos e nos desassossegarmos com a entrevista, convidamos a todes para flanarem pelo prólogo com tons de epílogo ou vice-versa produzido por Magali. Após o primeiro turno das eleições (também) presidenciais, Magali encaminhou uma gravação através do *WhatsApp* para companheiras PLP. A pulsão de vida em meio à tanta pulsão de morte se faz em suas palavras costuradas pela oralidade. Uma vez mais Vinícius teceu a transcrição para que pudéssemos degustar as curas que as trocas com Magali nos ofertam!

---

[5] Como destaca o antropólogo e jurista Luiz Eloy Terena, coordenador jurídico da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB, 2022: s/p): "A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) protocolou, nesta segunda-feira (9), um comunicado no Tribunal Penal Internacional (TPI) para denunciar o governo Bolsonaro por Genocídio. (...) Pela primeira vez na história, povos indígenas vão diretamente ao TPI, com seus advogados indígenas, para se defenderem desses crimes. Acreditamos que estão em curso no Brasil atos que se configuram como crimes contra a humanidade, genocídio e ecocídio. Dada a incapacidade do atual sistema de justiça no Brasil de investigar, processar e julgar essas condutas, denunciamos esses atos junto à comunidade internacional, mobilizando o Tribunal Penal Internacional".

[6] Sobre a retomada de *Guapo'y* e parte de seus desdobramentos, sugerimos a leitura dos textos "Sarambi: re-retomada da terra índigena em Guapo'y", de Silvia Adoue e Felipe Johnson (2022), bem como "O Estado, as caravelas e a re-existência Kaiowá e Guarani", de Kuña Aranduhá Kaiowá (Jaqueline Gonçalves Porto) e Danielle Tega (2022). Ao longo da entrevista, retomamos menção também a este evento carnificida.

Ñanduty
ISSN:2317-8590

**2. Prólogo com tons de epílogo**

Por Magali Mendes

Bom dia, minhas parceiras e comadres promotoras de Campinas, aqui é a Magali. Eu sei que muitas me têm como uma pessoa muito crítica. Mas espero também que todas compreendam o feminismo popular que eu acredito como PLP. Penso nele como princípio. Estou falando para nós pensarmos no resultado da eleição de ontem.

Todos sabem que eu não sou partidária, mas sabem que o nosso projeto de PLP não é e não pode ser de "direita" e o que me vem neste momento tão peculiar da história é que o resultado dessas eleições influenciará diretamente na vida de nós mulheres. De nós mulheres negras, mulheres indígenas e todas as mulheres "vulneráveis". Então, está na hora da gente pensar qual é nosso papel nos próximos trintas dias. Nosso papel enquanto historicamente oprimidas. A primeira coisa é que o resultado majoritário, ou seja, a porcentagem que o Lula teve, já era esperada, mas para mim o que não era esperado foram os 46% do inominável. Esse resultado nos faz ver o quanto a direita avança entre as mulheres e o quanto nossa vida está em risco. Eu queria pensar com vocês que chegou a hora de nos mobilizarmos coletivamente para que a direita não avance mais do que ela tem avançado, para que nós mulheres enquanto coordenadoras de um projeto, de um movimento, enquanto parcela significativa da população, possamos refletir no segundo turno. Não digo com isso que não continuaremos críticas quanto a qualquer governo que vier, estou dizendo que não podemos permitir que a direita na sua expressão maior se reeleja. O quadro, por exemplo, de senadores é horrível. No Brasil inteiro, a maioria dos senadores é de direita. A ex-ministra, aquela mulher execrável, Damares, ganhou.... Eles fizeram mais de quinze senadores. Isso significa que o Congresso Nacional vai aprovar coisas que eles vão barrar; na expectativa que Lula ganhe vão barrar e vão impedir que o governo trabalhe. Chegou a hora, gente, não tem como. Chegou a hora inclusive de dar essa identidade que não é de direita para as PLP, de discutir o quanto é nocivo esse feminismo liberal que a Simone Tebet traz, que a outra candidata [Soraya Thronicke] traz... Chegou a hora da gente discutir que feminismo é esse que nós defendemos e que as promotoras legais populares defendem. Temos que refletir sobre isso e não podemos mais ter medo. Nós vamos perder muita gente, mas vamos ganhar em qualidade.

Ñanduty
ISSN:2317-8590

Penso que chegou a hora da gente definir. Hoje estou falando como Magali, não estou falando em nome da coordenação de Campinas, nem da coordenação de São Paulo, nem da Rede Nacional de PLP. Estou falando como Magali, formada em 1996! Numa cidade conservadora como Campinas, em um estado conservador como São Paulo, num governo execrável como é esse do Jair Bolsonaro. Gente, vamos pensar, convencer cada mulher, cada PLP que votou nesse homem, que nossa vida já está ruim e que vai piorar e ele dá indícios disso, tanto na primeira eleição que ele venceu, como agora. Ele dá sinais nítidos do que quer para o Brasil, então não adianta. Por exemplo, por mais que eu seja crítica ao Alckmin, não dá para deixar de convencer as pessoas que neste momento é importante que ganhe ao menos um candidato que vá dialogar e vá exercer menos violência contra as mulheres. Queria chamar vocês para isso e que nós pensássemos muito seriamente sobre isso, muito seriamente. Não dá para defender feminismo liberal... Porque as mulheres ricas, quando precisam, tomam um avião, tem psicólogo, e as mulheres pobres tomam o ônibus e vão trabalhar e quando passam mal vão para o postinho onde não tem psicólogo ou psiquiatra. Que feminismo popular é esse que defendemos? Como a gente vai agir daqui para a frente? Qual será a estratégia para convencer cada mulher que a gente conhece, cada mulher negra que a gente conhece de que esse governo não é bom e vai piorar mais a nossa vida? Então é isso que eu queria deixar como mensagem para a gente refletir... E mais: por mais que neoliberalismo tenha colocado a gente para o individual, não dá mais para gente colocar essa sujeira para baixo do tapete. Porque é o nosso cotidiano que está em risco. Então um abraço afetivo em todas e espero que nós tenhamos essa reflexão e que sentemos juntas e nos desdobremos. Axé e luta!

**3. Entrevista**

**Magali Mendes:** Eu estou começando pelo fim. Vocês haviam me perguntado sobre as trocas do fazer militância com a universidade/academia. Sei que vocês da academia precisam justificar quem fala tal coisa, quem apresenta a outra, baseado em quem. Acho isso superimportante, mas não é minha pegada. Eu faço o inverso: quero saber o que vocês estão falando, tentar entender, modelar na minha cabeça para falar sobre isso com outras mulheres no cotidiano. Por exemplo, quando começou essa história de "gênero" na década de noventa e

ninguém sabia o que era. Porque para nós, para as pessoas comuns, gênero era gênero alimentício – se era arroz, se era feijão, se era batata. Lembro que uma militante aqui de Campinas, uma mulher popular muito forte, falou: "a gente precisa colocar gênero". E quando perguntei o que era gênero, ela respondeu: "ah, não sei o que é, mas é importante". Se a gente não sabe o que é, como a gente vai falar sobre isso? Então tenho primado por falar de coisas que sei o que são – e de uma forma que possa ser entendida. Mas, para fazer isso, preciso entender vocês também. O que vocês estão falando que interessa para a gente e, se interessa, como é que simplifica. Somos "objeto de pesquisa", mas muitas de nós nem sabem que são objeto de pesquisa. E a gente fala um monte de coisa que dá um conteúdo bem legal para a pesquisadora escrever sobre aquilo, mas quem fala, muitas vezes nem sabe que está dando conteúdo para outra pessoa, para uma pesquisa.

A gente precisa perder o medo de falar com vocês. A gente fala muito de privilégio de branco, mas talvez um privilégio que eu tive foi o de ter convivido com vocês na academia. Porque essa experiência de ter trabalhado na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) me fez quebrar um monte de coisa e entender inclusive o que é academia, que a academia não é uma coisa só. Que existem grupos, que existem pensamentos, que até na Engenharia, na Matemática, existem pessoas mais coletivas e menos coletivas. E principalmente me fez entender que não adianta escrever um negócio que vai ficar guardado, né? A pessoa se mata, quase enlouquece, escreve uma tese, disserta não sei o quê – e os textos depois ficam guardados lá nas bibliotecas. Penso ser importante que aquilo que vocês pesquisam e escrevem retornem de alguma forma; a maioria das pessoas talvez não faça nada, mas e se alguém dali conseguir dialogar? E se esse retorno contribuir para novas experiências?

**Danielle Tega e Simone Becker:** O dossiê que nos inspirou a fazer esta entrevista contigo tem como título "Memórias e práticas (sociais) de resistências". Se você pudesse escolher algumas dessas memórias, quais partilharia com a gente?

**Magali Mendes:** Há uns 30 anos, me chamaram para assessorar a mulherada do Vale do Ribeira, numa época em que quilombo não era conhecido e veiculado como é hoje, e eu fui. Um dia apareceram duas freiras na minha casa, a Sueli e uma outra que não vou lembrar o nome. Elas falaram que tinham me visto num vídeo e que tinham me escolhido para

assessorar o Encontro de Mulheres Quilombolas do Vale do Ribeira. Aí eu perguntei: “o que vocês esperam de mim? Eu não sou católica, não tenho condição de defender a igreja de vocês...”, porque elas se apresentaram como freiras. “Sabe, os quilombolas estão lá, precisam de você e se você não for, a gente vai escolher outra pessoa, pensa aí”. Elas me deram uma enquadrada [risos]. Eu fui, mas combinei uma alteração no modelo das reuniões de assessoria. Afinal, de que adiantaria eu ir lá, ia virar referência do quê? Na hora que precisarem, na hora que a briga estiver acirrada, eu não conseguiria ir lá, são umas cinco horas de viagem. Então pensei em outro modelo, no qual elas não ficassem me admirando, mas entendessem o que a gente estava fazendo. Propus cinco reuniões, em cada uma a gente discutiria um tema, como saúde, educação, barragem – elas eram ameaçadas por uma. Preparava cada reunião e fazia uma dinâmica para elas reproduzirem no dia do Encontro delas. Eu saía da Unicamp na quinta-feira, dava um balão na Unicamp na sexta-feira [risos], me buscavam em Registro/SP, dormia um pouquinho e ia às reuniões com as lideranças. Eu pensava muito no fato de que algumas não sabiam ler, não sabiam escrever... Como a gente vai fazer isso? Porque, na universidade, eu perguntava o tempo todo: “o que é isso? Olha, eu li tal coisa e não entendi...”. Eu perguntava sempre para alunas e alunos e a galera me respondia. Vejam, eu era militante, como é que eu ia parar de militar para ler dez livros? Isso é exigido de quem está numa graduação, por exemplo. Mas a gente que é militante, que está na vida cotidiana, como é que vou entender esses debates sem necessariamente ler esses livros? Então eu fazia isso o tempo todo com as alunas e os alunos e, como a maioria era da graduação, me respondia na simplicidade – e na simplicidade eu entendi. Quando eu fui fazer esse trabalho lá no Vale do Ribeira, eu pensei nisso o tempo todo. Pensei na minha vida, nas pessoas que conhecia e que não chegaram a ter nem o ensino fundamental completo, e como é que eu faria para as pessoas entenderem. Então eu não perguntava diretamente para os professores, não necessariamente. E pensei nesse jogo, e que vocês devem chamar isso de metodologia, mas para mim era a coisa que eu precisava fazer: tinha que dar conta de um tema a partir da minha experiência de vida.

Naquele momento, minha grande tarefa era preparar aquelas mulheres para que elas coordenassem o Encontro delas. Para mim, era importante que as mulheres quilombolas falassem por si – e hoje todo mundo aborda essa questão da representação, da importância de mulheres negras, indígenas, lésbicas, cada grupo falando por si. Para mim, isso já era uma

Ñanduty
ISSN:2317-8590

questão importante lá atrás, elas tinham que falar por elas. Eu não posso ir lá, falar um monte de coisa bonita e elas ficarem me admirando, porque na hora do "pega pra capar" são elas que deveriam ter a força para impedir a barragem. E para mim isso que é a militância. É pensar em formas de atingir certo objetivo fazendo com que as pessoas entendam o que a gente está fazendo. Porque às vezes a gente fala, fala, fala e ninguém entende. Então também aprendi a interromper uma fala e dizer "nossa, moço, eu não entendi..." – e às vezes eu até entendi, mas percebo que um monte de gente não, então digo que não entendi. O que isso quer dizer? Que em vez de tentar provar para as pessoas que eu estou entendendo, prefiro ficar ao lado das pessoas que não compreenderam para ter uma explicação melhor de conceitos importantes, como gênero, como interseccionalidade – ainda que estejam na vida, na carne delas, não são conceitos simples de entender.

**Danielle Tega:** Eu me lembro de uma vez que você falou para mim: "ah, Dani, as pessoas da academia ficam falando em interseccionalidade, palavra difícil... a gente do movimento pode não saber o que é o conceito, mas a gente vive isso na carne!".

**Magali Mendes:** Que é a mesma coisa do feminismo! Eu fico emocionada quando a Regina Teodoro fala assim: "eu fui entender que é feminismo depois que eu já era feminista". A Regina é nossa coordenadora [da Associação Cida da Terra], é trabalhadora doméstica, liderança das trabalhadoras domésticas. Qual a importância disso? A importância é que a gente chegue num ponto em comum. Para mim, o ponto em comum é que as mulheres pobres, as mulheres pretas, é importante que essas mulheres se autodefinam como feministas.

Essa semana, ao término da femenagem "Terezas do Axé"[7], a Ekedji Edna Loureço falou para todo mundo: "gente, o Censo vai chegar na casa de vocês, quem for de umbanda e de candomblé não maquia. Diga: sou de umbanda, sou de candomblé, que é isso que vai fazer a gente crescer. É impossível um país como esse, em que todo mundo vem no terreiro, mas o número de pessoas de [religião de] matriz africana abaixou; é impossível, tem alguma coisa errada, então isso não pode ser só para a gente, tem que ser uma afirmação pessoal. Então

[7] Trata-se de atividade realizada no dia 26 de julho de 2022, no Salão Vermelho da Câmara Municipal de Campinas, em referência à Lei n. 16.120/2021, que institui o Dia Tereza de Benguela em Homenagem à Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha. Com organização da Comendadora EkedjI Edna Lourenço [Comenda Senador Abdias do Nascimento], foram femenageadas 20 mulheres, dentre as quais Ekede Magali D'Yewá – nossa querida Magali.

afirmem, digam ‘sou de umbanda’, digam ‘sou de candomblé’”. E eu acho que é um pouco isso para nós, é fundamental falar do feminismo, a gente tem que fazer com que toda mulher pobre e de luta entenda o que é feminismo, que essa luta que ela fez a vida inteira é uma luta feminista, é uma luta de mulheres, é uma luta para mulheres, sendo exemplo para outras mulheres. E, às vezes, a gente não dá conta disso, de que muitas pessoas acham que exemplo é só aquilo que passa na televisão ou que faz sucesso nas redes sociais; a bonitinha maquiada que fez qualquer coisa, talvez até algo importante, mas, não é? Não foi só ela, mas é ela que vira o exemplo.

Então precisamos trabalhar essas questões, não podemos mais ter medo de dizer “eu sou feminista”. Mostrar que a feminista não é aquela pessoa que ela ouviu dizer, que quer acabar com a família. Acho que tem umas que querem – e eu, de certo tipo de família, também quero acabar. Mas é importante focar naquilo que as pessoas comuns entendem. Então, por experiência própria, quando chega uma mulher baixinha, pretinha, gordinha, que conversa de igual para igual, e depois de tudo diz “eu sou feminista!”, a pessoa olha e fala “nossa, mas feminismo é isso? Pensei que era outra coisa!”.

Ao mesmo tempo, como eu disse no começo, quando a gente sabe que é “objeto de estudo”, a gente saca que muito do que estudaram do feminismo veio da gente também. E precisamos trazer isso para nós. Para mim, o que precisa ser feito é a disputa pela universidade, que universidade a gente quer, que universidade a gente precisa. Quando o pessoal fala em descolonização, que é outra coisa maluca, ninguém entende o que é essa porra da descolonização, para mim, travar essa disputa também é descolonizar um pouco dentro da universidade. É tirar esse viés europeu. É entender que a América Latina tem tudo, é só a gente ir atrás, tem um monte de gente, de experiências, de pessoas querendo pesquisar sobra a própria América Latina, e isso é fundamental para a gente avançar. Então acho que descolonizar a universidade é um pouco isso, é pensar em que universidade a gente quer e precisa.

**Danielle Tega e Simone Becker:** Algo quiçá pouco rememorado são suas passagens pela graduação em História e pela pós-graduação *stricto sensu* em Filosofia. Você poderia comentar sobre essas experiências e como elas somaram na tua caminhada?

Ñanduty
ISSN:2317-8590

**Magali Mendes:** Foi porque eu entendi que eu sou militante. Por um tempo, eu mesma não entendia por que eu não queria fazer mestrado. Quando me perguntavam – e às vezes até diziam "ah, Magali, você é um talento perdido...", eu apenas falava que não queria isso, mas eu não entendia o motivo. Cheguei a assistir algumas aulas como ouvinte na Unicamp, eu já tinha feito graduação em História na Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Campinas – e fiz essa graduação muito para minha militância, não foi para carreira. Era uma coisa que eu nem esperava, dizer que eu sonhei com faculdade é mentira, eu tinha na cabeça a música do Martinho da Vila: "felicidade, passei no vestibular, mas a faculdade é particular". Isso eu sambei muito na minha juventude e foi aí que eu descobri que existia algo a mais do que o ginásio e o colegial – na minha época era isso. Eu podia não entender bem o que a música falava, mas eu já entendia que era uma crítica. Se você passou numa universidade "particular" é porque existe uma "pública", né? No meu bairro, existia uma professora que tinha faculdade, que dava aula na escola e era negra, a dona Ivone. Eu tinha ela como a pessoa mais linda do mundo, era professora, dava aula na minha escola, nunca deu aula para mim, e morava lá na rua atrás de casa. Nossa (!), para mim isso era felicidade, mas eu não tinha noção como é que ela havia se tornado professora, que ela teve que fazer faculdade. Eu não tinha essa noção. Então, para mim, fazer faculdade foi mais uma sequência daquilo que eu estava fazendo, eu estava aqui em Campinas, já tinha feito o curso técnico em Agropecuária em Jundiaí.

**Danielle Tega:** Você começa a faculdade logo que chega em Campinas ou depois?

**Magali Mendes:** A primeira experiência que eu tive foi que as minhas colegas iam fazer o vestibular, acho que na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), iam prestar Agronomia. Meu pai me chamou e falou: "não dá para você ir porque se você passar não vai ter como sustentar você lá". Mas eu não tinha noção exata, eu ia porque minhas colegas iam também, no colégio eu conheci outras pessoas, mas não era minha realidade. Eu morava em Jundiaí e cursei técnico agrícola no colégio [Benedito Storani]; eu atravessava a cidade de ônibus, mas era dentro da cidade. Quando eu cheguei em Campinas e fiz o concurso para a Unicamp, passei junto de outras quatro colegas do colégio agrícola, e era para gente trabalhar no Parque Ecológico. Sofremos pra caramba, passei por um monte de problema lá, aí num

Ñanduty
ISSN:2317-8590

determinado momento falei: vou fazer faculdade. Mas que faculdade quero fazer? Tentei fazer Biologia, fiz alguns meses, acho que não gostei, aí fui fazer História, que era uma coisa que eu achava que ia me completar no sentido de conhecimento, de entender algumas coisas que eu não entendia. Mas o mestrado foi uma outra pegada. Para mim não era uma carreira, era tentar entender para melhorar na militância. Então quando a gente encontra pessoas como vocês, para mim isso é legal, porque me sinto como alguém que encontrou seu lugar. E quando eu fui fazer o mestrado, entendi isso. Eu falei: gente eu sou uma militante, então, eu posso ficar aqui dez anos, posso estudar todo mundo, posso não sei o quê, mas não é isso que vai me completar. O que vai me completar são as pessoas entenderem o que eu estou falando – e para elas entenderem, eu também tenho que entender, e isso eu aprendi na militância sindical. Quando a gente ia para algum congresso, a gente passava a noite inteira discutindo, enquanto todo mundo não entendesse, a reunião não acabava e isso para mim foi uma soma. Eu quero que as pessoas entendam o que eu estou falando, mesmo que eu esteja errada. Se eu tiver errada, as pessoas vão entender ao ponto de dizer "você está errada, você tá equivocada".

**Danielle Tega e Simone Becker:** Como tem sido tuas parcerias nas escritas de textos e capítulos de livros?

**Magali Mendes:** Essa troca é possível com todo mundo? Não. Mas eu descobri que com as mulheres, com o feminismo, é possível. E aí eu acho que a gente tem que valorizar isso. Não acho que toda feminista é "gente boa", mas acho que essas parcerias e trocas só são possíveis com outras feministas. Na minha experiência pessoal, você Dani, foi a primeira que me trouxe isso quando me convidou para escrever um artigo[8]. Eu falei "pô, mas como vamos escrever? Eu não sou acadêmica!" e você disse "vamos criar o parâmetro do que vamos colocar, você escreve e depois eu amarro com a teoria e com aquilo que eu penso também". Isso é um acordo, eu acho isso amadurecimento. Aí eu não preciso mais ter medo de ninguém, né? E não preciso falar mal porque não conheço. Porque muitas vezes a gente fala mal porque não conhece. A gente diz "olha, eu não gosto de caviar porque a gente nunca comeu caviar". Então como a gente vai gostar daquilo que a gente não conhece? Quem já comeu pode dizer

[8] Magali faz referência ao texto "(In)formação, afeto e coragem: notas sobre educação popular feminista" (Tega, Mendes, 2021).

Ñanduty
ISSN:2317-8590

se gosta ou não gosta, a gente não comeu inclusive porque a gente não teve o direito de comer. É uma outra questão. Mas não dá para falar daquilo que a gente não conhece. Foi uma experiência muito legal, para mim, muito legal, porque me desafiou, quebrou alguns medos. Porque quando a gente escreve a gente se expõe. Aí muita gente vai falar que legal, muita gente vai falar: que merda.

Esse medo militante é um medo muito presente. A gente reclama de algumas coisas, mas não ousa outras. A gente precisa ousar. Para mim, foi a ousadia o que me ajudou na segunda experiência, com o convite da Carolina Pinho. Ela me chamou para falar no curso de extensão da Universidade Estadual de Feira de Santana, na Bahia. E depois comentou que teria a possibilidade de sair um livro. "Escrevam!". Falei: ah, vou escrever, e já começo afirmando que não tenho pretensão de fazer um texto acadêmico, mas segui escrevendo aquilo que defendo.[9] E isso alivia a gente e, ao mesmo tempo, dá uma noção sobre com quem a gente quer falar, com quem a gente está falando em cada momento. Acho que foram duas experiências muito legais! Porque a vida inteira você acumula uma série de coisas, mas como é que a gente vai deixar registradas essas coisas? Eu sou de uma cultura oral! Então foi muito importante registrar esses conhecimentos – e de forma coletiva, porque também tem isso: como militante, eu acredito muito no "nós". Então muitas vezes é difícil falar no "eu", a gente só verbaliza no "nós". E, também, nesse sentido foi uma experiência rica.

Agora, para mim, todas as experiências que eu lembro e que me marcaram são válidas e é isso que tento fazer no meu cotidiano, pensando em como compartilhar certa experiência com Fulana em tal situação, e como é que eu posso absorver a experiência da outra pessoa. Acho que isso é uma coisa que a gente não pode ter vergonha.

**Dani Tega e Simone Becker:** O que é militância para você? E como a militância entra em tua vida?

**Magali Mendes:** É como eu desejo ser apresentada. Eu sou uma militante! Tem algo que o [Frantz] Fanon coloca no *Pele Negra, Máscaras Brancas*: as boas experiências do mundo, o que o mundo produziu de bom, é responsabilidade nossa – e o que ele produziu de ruim também. Quando eu penso nisso, eu também penso no racismo; não fui eu que inventei o

[9] Aqui Magali faz referência ao texto "O feminismo negro na prática popular" (Mendes, 2022).

racismo, sou vítima dele, mas qual a responsabilidade que eu tenho com as outras mulheres, os outros seres humanos que sofrem racismo? Aquilo que a gente sofre é responsabilidade minha também, pode não ser culpa, mas é responsabilidade. Então para mim militância é isso, a militância é uma necessidade. Quando a gente vive num mundo desigual, num mundo injusto, a gente tem a responsabilidade de militar. E militar pensando como sair daquela situação, mesmo sabendo que a gente não tem resposta para tudo. A gente tem a intenção de acabar com aquela injustiça, mas a resposta não necessariamente a gente tem e pode morrer sem ver aquele problema resolvido. Então eu acho que é um pouco isso, militar para mim é uma necessidade. Em países como o nosso, em sistemas como o nosso, no capitalismo, nós temos que ter essa responsabilidade. Aí a responsabilidade não é só de falar mal do capitalismo, mas é de ver como a gente enfrenta esse sistema, é fazer as pessoas perceberem que é ele que leva a gente a essa situação. Tem uma frase que eu uso em todo lugar: "não foi o capitalismo que inventou o racismo, mas ele se beneficia do racismo". Nós, do movimento negro, temos uma mania de separar o racismo do capitalismo, mas eles estão juntos. Malcolm X já dizia que "não há capitalismo sem racismo". E nós, militantes, a gente separa como se o capitalismo não se beneficiasse do racismo. Mas quando a gente tem esses diálogos – tanto com pessoas da academia que a gente confia, quanto com pessoas como Malcolm X –, a gente consegue entender que não adianta, não dá para não falar do capitalismo, não dá para não ser anticapitalista, não dá para não ter como perspectiva o fim desse sistema que acaba com a gente. Quando vou conversar com as minhas colegas, eu consigo partir daí. E tem ainda uma coisa que a Filosofia me ensinou, que é não dar respostas, mas fazer perguntas, eu acho fantástico! [risos]. Além disso, não tem como você viver bem, sabendo que hoje você come, que amanhã você pode não comer, sabendo que neste exato momento tem um monte de gente passando fome. A gente precisa romper com essas coisas. Só que infelizmente, nesse lixo econômico que a gente vive, as ações das pessoas são jogadas para o individual, aí vem um monte de gente dizer "você precisa pensar em você, você precisa de um autocuidado". Eu preciso me cuidar, agora, se eu não cuidar da minha vizinha, eu também não estou me cuidando.

Para mim, o feminismo é, por princípio, crítico. Mas tem um certo "feminismo conivente" por aí. Como se a mulher do PSDB fosse feminista, a mulher do DEM fosse feminista. Que feminismo é esse dessas mulheres? Também fico olhando a gente defender a

mulher que saiu na televisão, mas não defende nossa vizinha. Vejo isso e penso que tem algo muito errado. Hoje em dia, é o consumo, é o "ter" que valer a pena, e as pessoas ficam competindo consigo mesmas, dizendo que podem ser o que quiserem. Mas é só até a página dois, não é? Me diz se uma mulher negra pode ser o que ela quiser? Não pode! Não é porque ela não tem a capacidade de ser, mas sim porque o sistema não permite que ela seja. Então vamos parar de mentira! Vamos parar de dizer que todo mundo pode ser empreendedor. As pessoas que conheço que empreenderam se ferraram. Você precisa ter capital. Se você ganha quinhentos reais por mês e só dá para comprar o que necessita para o imediato, isso não é empreendedorismo! Se não tiver o tal do "capital de giro", você se lasca. Você pode ser a melhor pessoa do mundo, fazer aquela coisa muito bem, mas você se lasca. E a gente está caindo nessa mentira, de mulheres empreendedoras, não é? A feira de artesanato era uma coisa, mas dizer que uma mulher é empreendedora instiga ela a dar um passo maior que a perna, aí ela se lasca. Então acho que é preciso pensar e aprender mais sobre isso e sobre as coisas coletivas que a gente não faz. As coisas coletivas não são empreendedorismo. Para mim, um bom exemplo são as cooperativas: elas deram conta de muita gente, cooperativa de artesanato, cooperativa de reciclável. Mas isso ninguém fala, só falam para você "investir" e "empreender".

Para mim, conversar com vocês é entender como eu posso conversar com as pessoas sobre isso, sem ser arrogante, sem elas acharem que eu sei mais do que elas, pensando como é que elas chegam ao ponto de entender que é o sistema que joga a gente para ficar dando volta ao redor da gente mesmo, sem conseguir avançar. Quando eu digo vocês, são vocês da academia. Aí eu tenho condição de pegar o que as pessoas vivem e falam para cruzar com as pesquisas e coisas que vocês falam. Acho que a militância é um pouco isso. A militância racial, a militância feminista, me propiciou isso, conseguir entender e saber a quem recorrer. E acho que tem muita gente nesse momento que entende isso, é uma forma da gente não ficar refém. Em vez de ficar falando "oh, porque não estudei", estou aqui lutando para outras pessoas estudarem se elas quiserem. Vamos juntar isso sem problema nenhum, sem acusar ninguém. Vamos devagar, mas vamos. Acho essas informações fundamentais para minha vida, para minha militância, para entender como a roda gira, porque se a gente não entende isso, a tendência é achar que toda a culpa é nossa.

Ñanduty
ISSN:2317-8590

Militamos porque é necessário militar, porque estamos num país injusto. Para isso, é importante estar onde nos sentimos mais à vontade e, para mim, as Promotoras Legais Populares (PLP) foram muito isso.

**Simone Becker e Danielle Tega:** Você poderia explicar o que são as Promotoras Legais Populares (PLP)?

**Magali Mendes:** Fiz o curso de formação em 1996, acho que foi o primeiro aqui em Campinas. O curso foi muito legal, mas não tinha essa pegada militante – tinha a pegada mais jurídica, que é algo ainda presente em muitos cursos de PLP. Aliás, sempre brinco com isso: quando me chamam para ir a alguma aula inaugural, eu falo que quem quiser ser advogada tem que fazer vestibular, passar cinco anos estudando no curso de Direito, ou o resto da vida vendo caso a caso, buscando lei e brechas para justificar o que está defendendo como advogada. Agora, nós, Promotoras Legais Populares, a gente sabe que nem sempre a Justiça está escrita nas leis, tem conquistas que a gente faz no dia a dia da nossa comunidade, dentro da nossa casa, que às vezes o que é conquista para uma não é conquista para outra, mas as pessoas que vivem, ou dentro de casa, ou no bairro, ou na sociedade, sabem o quão importante são algumas coisas que não estão escritas, mas que as pessoas conquistaram estar ou ter aquele direito.

Quem quiser ser advogada, vai fazer vestibular; quem quiser ser Promotora Legal Popular, vem com a gente. Porque são duas coisas diferentes: eu não preciso dominar todos os assuntos voltados às leis, mas preciso construir aquilo que agora se chama de rede, que são pessoas parceiras, que estarão juntas com a gente. É um espaço que a gente sabe que não está sozinha, mas é também um espaço de construção – e isso é uma coisa que trago do candomblé, onde as pessoas sempre falam que "a gente não sabe nada, a gente morre aprendendo".

Para mim, Promotora Legal Popular (PLP) é muito isso: vamos viver e aprender a cada momento, não estamos prontas. A gente em nenhum momento tem que se pensar pronta. Porque se a gente se pensar pronta, não faz mais nada. Então, para mim, ser Promotora Legal Popular é muito isso, é um espaço em que a gente se encontra, em que a gente não é diferente, onde eu posso até falar de mulheres que sofrem violência e eu ter sofrido uma violência

naquele dia, eu não me sinto diferente, não é para eu me sentir diferente das outras mulheres. É o contrário, eu sou tão igual que, de alguma forma, vou instigar outras mulheres a terem as possibilidades que eu tive. Eu não tenho todas as respostas, então vou estimular a fala de todo mundo, as experiências que todas nós ali tivemos, para que cada uma, dentro da sua realidade, encontre uma forma de solucionar o problema. Na maior parte das vezes, o problema é a violência. E também aprendi isso no candomblé: ficar com o olho, o ouvido e os sentimentos muito abertos, porque a gente não pode deixar as mulheres chegarem no/ao feminicídio.

O feminicídio é fato, então, se a gente sentir que aquilo que aconteceu pode fazer aquela mulher ser assassinada, a gente tem que agir, tem que agir perdendo o medo, porque se envolver na vida das pessoas é muito complicado, mas a gente precisa se fortalecer para dizer "agora não dá mais", e se orientar com outras pessoas e pensar uma forma de contribuir para que aquela mulher não morra. Neste momento, essa questão é muito necessária, porque a cada dia morrem mais mulheres – e qualquer uma de nós pode morrer por qualquer motivo! Então precisamos prestar muita atenção.

Para mim, ser Promotora Legal Popular é uma ação cotidiana. É pensar, se pensar como feminista o tempo todo e pensar que o feminismo não tem um formato, ele não é uma receita. Então a gente tem que agir com essa necessidade, e com o princípio de que mulheres e homens devem ser iguais na sociedade.

Os homens têm privilégios sobre as mulheres em qualquer situação, mas, ao mesmo tempo, é importante refletir, em particular, quem são esses homens pobres que reproduzem o machismo – e que não se beneficiam do machismo, né? Porque, até agora, só vi homem pobre ser preso, não vi rico ser preso. A gente precisa pensar em tudo isso, na forma de agir diante dos problemas, e não se pensar como heroína, porque heroína morta não é heroína, é defunto. A gente pensa em como solucionar ou contribuir para que um problema se solucione da melhor forma, então, para mim, ser Promotora Legal Popular é muito isso.

**Danielle Tega e Simone Becker:** Como você observa a atuação das PLP em relação ao Estado?

**Magali Mendes:** Como as PLP são abertas, populares, de vez em quando aparece uma ou outra dona meio burguesa, meio "direitosa", e vem para o nosso curso querendo fazer essa

função do Estado. Nós somos formadas para criar demanda para o Estado – e não para ser o Estado. O diálogo existe até onde é possível. Mas a gente precisa pensar: se eu, como PLP, vou ser secretária das mulheres ou, sei lá, no lugar da assistência social da minha cidade, aí complicou minha vida, porque a partir daí eu sou gestora, eu não sou mais uma militante que produz e cobra demanda.

Também penso no lugar da universidade e no papel da extensão universitária – que, para mim, a conversa é outra. Mas quando a gente pensa na nossa formação, que é uma formação popular em direitos, é uma formação para a gente reproduzir, somos multiplicadoras. Uma coisa é a gente cobrar do prefeito um espaço para a gente fazer o nosso curso, porque aí estamos cobrando um direito; outra coisa é colocar o prefeito na mesa para abrir o nosso curso, mesmo que seja uma prefeita. Não dá! Mesmo que seja uma prefeita de esquerda, não dá! Porque vamos ter que produzir durante a gestão daquela pessoa, vamos ter que trazer as demandas, vamos querer que isso funcione. E se você é amiguinha, eles dão três tapinha nas costas da gente. Mas a relação é com o coletivo, então esses cuidados nós precisamos sempre ter. Fico preocupada com essa intrusão de mulheres de direita no nosso meio e muitas vezes sou bem desrespeitosa com elas, porque acho que elas estão a serviço de um certo poder e, por mais que sejam mulheres, elas não estão junto com a gente. Aí não tem jeito!

Ser Promotora Legal Popular é ter uma interrogação na cabeça o tempo todo: com quem estou falando, o que a pessoa está falando, para onde levar aquilo que a pessoa está falando... Temos que fazer todos esses questionamentos para entender se aquilo é para todo mundo ou se é só para mim, não é? Tomar cafezinho com o prefeito? Sinto muito, não quero. Dormir em hotel bonitinho em encontro de mulheres? Sinto muito, não quero!

Eu quero que toda mulher tenha moradia, é isso o que eu quero! Se vão pagar uma passagem para eu ir a um encontro de "não sei o quê", num hotel cinco estrelas, eu prefiro não ir! Eu quero é saber se todas as mulheres têm onde morar, então não vão me comprar com isso. Eu acho que é isso que a gente tem que ter na cabeça, o tempo todo, que essa disputa neste momento leva a gente a isso. Tem quem diga "ah, isso é um direito", mas não! Não é um direito eu dormir num hotel legal. Agora, ter uma casa para morar, sim, é direito! Se a gente não reflete sobre isso, a gente cai nesse jogo capitalista, que é de comprar, de cooptar gente o tempo todo.

Ñanduty
ISSN:2317-8590

Eu não sei se respondi o que vocês estão perguntando, mas eu penso muito nisso e, quando eu converso com as mulheres, e eu converso o tempo todo [risos], tento levar essa coisa de pensar no coletivo – e pensar no coletivo também tem que ser uma opção de vida. Às vezes, mesmo falando de coletivo, a gente cai nesse jogo do "individualismo". Para mim, isso é uma coisa séria. Somos indivíduos, mas pertencemos a um coletivo, não dá para achar que se eu estou bem, tudo está bem, ou que a paz está dentro de mim. A paz não está dentro de mim, sinto muito, e não quero desrespeitar ninguém na sua crença, mas a paz não está dentro de mim. Assim como "ser mulher" é uma construção, a paz também é uma construção. Então a gente precisa pensar na paz como uma série de condições que a gente tem para viver com tranquilidade, e não é isso que a gente vê, principalmente neste momento, nós não vemos possibilidade de ter paz. Como é que eu posso falar em ter paz se morre mais gente no Brasil do que em guerras históricas?

Não existe paz, essa paz é uma enganação, nós precisamos construir essa paz pensando que as pessoas precisam ter habitação, ter alimentação, ter trabalho, ter condições de se formar naquilo que elas querem se formar, se quiserem se formar... Aí a gente começa a construir a paz. E mesmo quando a gente pensa em guerra, quem faz as guerras não somos nós, não somos nós quem construímos a guerra, quem nos mata, quem nos elimina, quem elimina negro, elimina indígena, elimina mulher, não somos nós! É um sistema que nos instiga a fazer isso o tempo todo, às vezes, contra os nossos iguais. Mas aí é uma discussão muito mais longa. É isso que eu tenho percebido, eu não acredito nessa paz. Sou religiosa, e ainda bem que na minha religião os Orixás são todos de guerra, são de luta, e isso me dá uma condição melhor de viver, porque eu não conseguiria viver numa religião em que todo mundo prega uma bondade que não existe! Prega uma caridade que não existe, que só alivia o ego e que não contempla todas as pessoas.

No momento em que estamos vivendo, eu trocaria a palavra "amor" e "ódio" por "projeto político". Eu quero saber qual é o projeto político dos candidatos, em particular, os candidatos de esquerda. Não quero que ele fique falando de amor e ódio, mas o que preciso ouvir é qual seu projeto político, até mesmo para entender como é que vai ser essa próxima gestão – que eu espero que ele [Lula] ganhe, mas que não vai ser fácil. Agora, arrumar esposa para o Lula também não vai resolver o meu problema. Casar ele para dizer que é um homem de bem não vai me dar resposta, até porque a última esposa dele, que não era parecida comigo

Ñanduty
ISSN:2317-8590

na cor, mas na origem de classe era muito parecida comigo, morreu também por causa dessas palhaçadas perversas que fizeram.[10] Vou votar no Lula, mas não gostei desse procedimento de não mostrarem o projeto político e não gostei dessa coisa de casamento de branco, que inclusive a mulher estava [vestindo branco], não é? Não gostei, não acho que responde. Quem governa precisa ter projeto, porque a gente vai cobrar em cima de projeto, se não nós nunca vamos aprender, só vamos reproduzir. Agora, não sei se isso é possível no tipo de país que a gente tem, mas precisamos aprender a trabalhar em cima de projeto. Eu sei por qual motivo não vou votar nos outros candidatos, mas é preciso que todo mundo saiba também – porque o Brasil não é formado só em cima, por intelectuais; a grande maioria de nós somos de classes populares e precisamos entender qual é o projeto para a próxima gestão.

**Simone Becker:** Como é que surge a Associação Cida da Terra, Magali?

**Magali Mendes:** O nome dela era Maria Aparecida de Jesus Segura. A Cida era uma mulher negra, uma das líderes do assentamento II aqui de Sumaré[11]. Numa época em que ninguém falava de reforma agrária, em que o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) começou a fazer o movimento no Brasil, ocuparam essa terra lá de Sumaré, e a Cida era uma dessas pessoas, uma liderança, uma mulher fantástica que a gente se esqueceria se não tivesse colocado o nome na nossa entidade. A gente, que era de fora do assentamento, chamava ela de "Cida da Terra". "Ah, mas que Cida?", "A Cida lá da terra" [risos]. Já as pessoas de dentro do movimento conheceram ela como "Cida Segura".

O que é que fizemos? Retomamos a organização das PLP aqui em Campinas a partir de 2006, passamos uns três anos discutindo. Em 2008, fizemos a primeira formação de PLP dada por nós. Quem éramos nós? A gente era militante, dona de casa, funcionária pública. Fizemos alguns encontros para entender como seria nossa organização – uma das coisas a gente não queria era criar era uma ONG [Organização Não-Governamental]. Por quê? Porque entendíamos que uma ONG termina sempre com racha para criar outra ONG. Temos muitas críticas às ONGs. Então pensamos em construir uma "Associação". A gente pensou que, a longo prazo, não seríamos mais nós que estaríamos, seriam outras pessoas. Mas que a

[10] Magali faz referência ao impacto das ações da "operação Lava Jato" na saúde de Marisa Letícia, como a busca e apreensão na casa dela e dos filhos e condução coercitiva de Lula, determinada pelo então juiz Sergio Moro.
[11] Município do interior de São Paulo na Região Metropolitana de Campinas.

associação cumpriria seu papel, né, diferente de uma ONG, a associação podia crescer, mas que a gente ia manter o princípio daquilo que a gente pensou como formação de PLP ou movimento das PLP.

Então passamos a pensar em um nome, discutimos alguns e chegamos à conclusão – nem foi proposta minha, foi proposta da Leo [Leonilde Gorri Macedo] – do nome da Cida da Terra. Pensamos na Cida porque, além dela ser representativa na luta por direitos, ela seria esquecida como muitas mulheres são esquecidas depois de tudo que fazem. E mesmo na esquerda, mesmo nos movimentos sociais, na hora de lembrar só se lembram dos homens. Então pensamos que trazer o nome dela era também trazer de volta um exemplo de uma mulher de luta. O assentamento que ela ajudou a construir é um assentamento que produz coisas aqui para a região; no início da pandemia, por exemplo, quando pensamos em dar cestas básicas, muitas coisas vieram de lá, as parceiras que estavam contribuindo com a gente tinham um contato com o assentamento, negociaram e colocaram também verduras nas nossas cestas básicas, porque entenderam também que era uma necessidade. E, também colocaram absorventes, legumes... Esse processo bonito durou uns dois anos e foi importante para a gente entender que as parcerias não se dão apenas na questão da violência contra a mulher no sentido mais objetivo e restrito da expressão.

**Simone Becker:** Como foi essa aproximação do projeto-movimento das PLP com o presídio? E como foi continuar esse trabalho durante a pandemia com a questão da não visitação?

**Magali Mendes:** Começamos em 2019. A gente já tinha formado algumas carcereiras que fizeram o nosso curso aqui na cidade, mas tínhamos o sonho de ir até o presídio para poder trabalhar com as internas. O presídio de Campinas era de "regime fechado" até determinado ponto, era um presídio masculino que passou a ser feminino há cerca de uns vinte anos. Quando era masculino, costumo dizer que, para o bem ou para o mal, ao menos existia na cidade, era chamado de "Bernardão", já que fica em um bairro chamado São Bernardo. Quando passa a ser feminino, tem o apagamento do presídio: as pessoas já não falam mais dele! Aí quem é feminista sabe o motivo, né? Porque a mulher não tem o direito de "entrar em conflito com a lei", a mulher tem que ser a virgem maria, a mulher quando não é a virgem maria, ela envergonha a cidade, a família, enfim... E a gente queria chegar até essas mulheres,

Ñanduty
ISSN:2317-8590

mas tivemos algumas dificuldades, até que um grupo de acadêmicas negras forma o Coletivo Lélia Gonzalez e começa a fazer um ciclo de leituras no presídio. Algumas dessas acadêmicas eram também PLP que tinham se formado com a gente, e propuseram juntar também o curso de formação de PLP. E foi assim que a gente entrou: elas eram da Unicamp e traziam esse símbolo da universidade quando fizeram a proposta à direção do presídio, que aceitou contemplar o curso de formação de PLP junto ao ciclo de leituras.

Aí começamos a discutir como faríamos. No regime fechado, conseguimos fazer dois cursos e algumas oficinas, com duração média de quatro meses, duas vezes por semana. Diferente do curso que costumamos fazer "aqui fora", que dura de seis meses a um ano, dependendo da cidade.[12] Assim fomos criando laços também como PLP. Então o que a gente fez e que continua fazendo é uma parceria entre a Unicamp, as Lélias, as PLP e a Funap – fundação responsável pela educação aqui nos presídios de São Paulo[13]. Foi assim que começamos essas transformações, que não foram apenas para elas, mas para nós também, porque a gente não tinha dimensão da realidade delas. Nessa troca, fomos compreendendo a realidade cotidiana da mulher em situação de cárcere e para nós, mulheres negras, esse encontro foi ainda mais forte: nesse momento em que as mulheres começam a ser encarceradas em massa, são as mulheres negras a maioria nessa situação. Assim, fomos compreendendo na prática quem são essas mulheres presas: a maioria é mãe, tem entre 19 e 29 anos, vem da periferia e... é negra!

Ao escutar os relatos delas sobre o porquê de terem ido para o tráfico, por exemplo, percebemos que muitas não têm noção do que as levou até ali. Dizem "a escolha foi minha", e aí você começa a perceber outras camadas nos relatos, como "olha, eu saí da minha casa com 10 anos de idade porque meu padrasto me abusou, fez isso, isso, isso e aquilo e aí fui para a rua, aconteceu isso, isso, isso. Mas a escolha foi minha". Quando começamos a pontuar "tá bom, a escolha foi sua, mas você acha mesmo que uma criança de 10 anos tem escolha?", aí elas começam a pensar que escolha é essa que uma criança de 10 anos faz. Uma criança de 10 anos no máximo pode escolher se vai brincar de carrinho ou de boneca. Agora, ela não escolhe ir ou não para o tráfico, ser ou não ser, ela não escolhe todo um sistema que leva ela a

[12] Atualmente, o projeto de formação de PLP está presente em mais de 15 estados do Brasil.
[13] Para maiores informações, consultar a página da própria instituição: <http://www.funap.sp.gov.br/>.

isso. E aí a gente pode conversar muito sobre essas questões com elas, pode criar vínculo. Porque quatro meses, duas vezes por semana, você cria muito vínculo.

Quando veio a pandemia, essa foi uma importante questão: como vamos manter esse vínculo? Então pensamos nas campanhas para arrecadar alimentos e itens de higiene e limpeza, essas coisas, e, ao mesmo tempo, nos mobilizamos, para não permitir que a cidade silencie a existência do presídio feminino. O momento de campanha foi muito legal, a gente conseguiu impulsionar e manter o vínculo construído. Mas no final de 2021, com o fechamento para reforma do presídio de Santana, em São Paulo, todas as mulheres de lá foram transferidas e o presídio de Campinas, que era "regime fechado", virou "regime semiaberto". E isso traz algumas questões, porque no regime fechado as pessoas estão em penas mais ou menos longas e você consegue fazer encontros, conversar, criar vínculos. Já o semiaberto é um regime muito rotativo, a pessoa pode sair em dois dias ou em dois anos, estão na linha de saída do presídio. Então as pessoas com as quais você conversa esta semana podem não ser as mesmas da semana que vem. Diante disso, tivemos que reformular a nossa participação no presídio: não estamos mais oferecendo o curso de formação de PLP, mas estamos dando um módulo de cidadania para as mulheres. A ideia é conversar com elas, entender a perspectiva de quem está saindo do presídio e colocar a real: aqui fora as coisas não são melhores, como é que você se pensa aqui fora, essas coisas.

Começamos esse módulo no mês passado e também retomamos a leitura compartilhada, que possibilita a redução de pena. Nós íamos levar um livro, que não chegou, e aí uma das meninas, a Stefani, falou: "olha, eu trouxe o Ponciá Vicêncio, da Conceição Evaristo". Eu disse "nossa que legal, já li esse livro" e aí a gente começou com esse livro, que é curto e dá para fazer a leitura em uma semana – o tempo que a gente tem, já que o módulo é de apenas uma semana. Fiquei muito emocionada da relação que elas fizeram do livro com a vida delas! Eu não imaginava que seria assim! E nesta semana eu vi uma entrevista da Conceição e falei: "nossa, essa mulher não tem noção do poder daquilo que ela escreve!". Porque as mulheres entraram no livro, e, a partir dele, das histórias que elas iam contando, das personagens, elas iam fazendo relação com a vida delas. Eu falei: "gente, que coisa mais maravilhosa, eu não tinha imaginado isso!". E no momento de avaliação do curso, elas falaram que ficava um gostinho de quero mais. No final, entregamos uma relação de cidades que têm o curso de PLP e demos o endereço tanto da Associação Cida da Terra como o da

União de Mulheres de São Paulo, para que entrem em contato caso queiram fazer o curso de formação de PLP.

De todos os trabalhos que eu fiz como PLP, esse do presídio tem me emocionado muito. Tenho me dado conta de uma série de coisas que eu não pensava antes, de como a gente é frágil, inclusive. A diretora – antes era uma diretora, agora é um diretor – perguntava: "elas não têm problemas com você, né?". Eu olhava para as meninas e dizia "é logico, a gente tá aqui fora, mas amanhã, por qualquer motivo, a gente pode tá aí dentro". Tem uma política de criminalização da mulher negra e a gente tem vizinha presa, parente presa, para nós isso já não é uma novidade, então a gente não trata essas mulheres como objeto: nós somos elas. São elas que estão presas, mas podia ser uma de nós por qualquer motivo. Então foi muito forte para mim, é um trabalho que enquanto eu tiver condições, vou continuar acompanhando, talvez eu não consiga em algum momento acompanhar como coordenadora, mas estar naquele lugar tem sido fundamental para eu repensar um monte de coisa, inclusive sobre a violência, o feminicídio e o quanto nós mulheres somos violentadas. E do quanto ser mulher e ser presidiária é uma coisa que o feminismo não pensa como deveria! Acompanhamos um pouco os grupos que atuam contra o encarceramento de um modo geral e contra o encarceramento de mulheres em particular. Sabemos que as mulheres recebem menos visitas, que estão dentro dos presídios pensando em seus filhos do lado de fora, que são outras mulheres que estão cuidado de seus filhos. Se você atua com mulheres encarceradas, se você não olhar para elas em todas essas camadas, você vai ficar muitas vezes dando posições políticas que não refletem no dia a dia delas que estão ali dentro. E isso me impactou demais, muita coisa mudou em mim depois que comecei a conviver com essa realidade.

**Danielle Tega:** Magali, aprendi com você e com tantas outras PLP e companheiras de luta que o feminismo é um movimento necessariamente coletivo. Você poderia comentar sobre as hierarquias que se criam quando os movimentos ficam centrados em figuras de "líderes" ou "lideranças individuais"?

**Magali Mendes:** Nós que estamos em movimento temos que dar nosso melhor. Então se tem alguém que está cursando contabilidade, ela pode ser a contabilista do movimento, pode lidar com o dinheiro do movimento, porque sabe fazer isso. Mas isso não pode se traduzir em

poder. Se a pessoa fala bem, ela pode ir falar nos espaços, mas isso não é poder, não pode ser poder. Se a pessoa escreve bem, que bom que ela consegue traduzir o que estamos falando. Outra vai saber documentar – nossa, nós do movimento não documentamos nada... Agora, não dá também para ir a uma reunião e ficar fazendo - como é que chama esse negócio agora... selfie -; eu preciso documentar o que é importante de documentar, não é? Não vou para fazer selfie; daí em um ano eu viro candidata e eu pego todas as fotos que tirei, mas eu estava ali com outro objetivo, ninguém sabia que eu ia ser candidata, não é?

Acho que a gente precisa pensar e falar nessas coisas. A língua não pode ser empecilho, a gente precisa também dizer "não entendi", "me explica de novo". É para isso que a gente faz essa formação, é para isso que o movimento existe, para tirar gente desse lugar e colocar num lugar mais potente, aí a gente vai dar o que tem de melhor.

Eu me lembro, por exemplo, da Leo. Ela deve estar agora com uns 80 e poucos anos, sempre foi militante. Teve um encontro nacional das PLP, que foi em Brasília, teve um só. Conversando com as meninas, falei: "gente, vamos dar o lugar para a Leo?", "vamo embora!". A Leo nunca tinha tomado um avião na vida, então perguntei: "mas, Leo, você militou na igreja esse tempo todo, a igreja é mundial, eles nunca te levaram para nenhum encontro?", "Não!". Aí você começa a perceber o quanto ela foi usada nos movimentos. Quando chega no nosso movimento de PLP, ela faz uma oficina de colcha de retalhos que é capaz de tirar tudo o que ela quiser das mulheres. Ela começa a fazer, fazer, e fala "ah, gente, leva para casa". Quando as mulheres trazem a colcha de volta, lembram isso, lembram aquilo. Quem de nós tem essa capacidade? Eu nunca tinha visto essa capacidade! Ela consegue amarrar o curso inteiro na oficina dela, sabe? Aí você olha assim e fala, como é que esses caras não valorizaram essa mulher? Você não consegue entender. Porque ela faz a amarração do curso nela. Tudo que se deu nos oito meses, ela, em duas aulas, faz assim, pá! E aí você também consegue perceber o quanto as mulheres cresceram durante aquele curso ou não. Mas é uma riqueza, uma riqueza.

Como cada uma de nós temos uma coisa que a gente pode fazer, a gente precisa valorizar o que as pessoas têm também para fazer. E a gente precisa tirar essa hierarquia da cabeça que esse tipo de trabalho não é um trabalho, ou que não é um trabalho importante, não é um trabalho necessário. Para mim, a importância das PLP é um pouco isso, a gente conseguir dar o que a gente tem de melhor, sem dizer para outra que o que ela está fazendo

Ñanduty
ISSN:2317-8590

não é importante, porque tudo é importante. A Regina, nossa Regina que faleceu,[14] o negócio dela era comida, o prazer dela era fazer comida. Tem um monte de mulher que não gosta de ficar na cozinha, mas tem um monte que gosta de fazer comida para quem a gente gosta. Como é que eu vou dizer para ela que isso não é importante? Se a gente não alimentar o povo, como é que a gente vai dar conta de militar? Então essas coisas, para mim, é o que as PLP possibilitam, tudo é importante para nós! A gente só não pode cair no erro de dizer o que é mais importante, tudo é importante.

**Danielle Tega e Simone Becker:** Por conta da pandemia, muitas cidades passaram a fazer os encontros na modalidade virtual. O curso de formação de formadoras também foi realizado, pela primeira vez, virtualmente. Qual sua opinião sobre essas experiências?

**Magali Mendes:** Eu pessoalmente acho que, para a "formação de formadoras", o curso online deu conta, porque a gente dialoga com quem vai coordenar a formação de PLP na cidade. Achei que demos conta, gostei, a Ju [Juliana Leme Bernal] era a coordenadora, eu fiquei mais para fortalecer. Esse modelo foi bom, inclusive, por trazer pessoas de outros estados e pessoas com outras questões, como foi o caso das mulheres indígenas – o que fez a gente perceber uma coisa que está muito presente aqui, que é a questão da tecnologia. Em alguns momentos, a Lucia [Pereira][15] não pôde participar porque estava sem tecnologia. A gente que é mulher pobre também não participa porque não tem tecnologia. Eu fiquei muito emocionada com a participação dela. Embora não seja assim que fale, eu achei que foi uma conquista nossa ter uma indígena lá com a gente e pensando a realidade delas para aquilo que a gente estava falando, então eu gostei muito. No presencial, ia ser muito difícil acontecer esse tipo de encontro, mesmo que a gente desse uma sequência de uma semana. Então, para nós, acho que não só para mim, para todas que estavam lá, foi muito emocionante, criamos uma sensibilidade e acho que, quando o curso de PLP começar aí [em Dourados e/ou Amambai], vai ser um passo importante para todas nós. Sabemos que, neste momento, vocês estão com

[14] Magali faz referência à querida Regina Semião, mulher guerreira, mãe, avó e importante referência da luta das trabalhadoras domésticas, que esteve à frente do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Campinas.
[15] Como expusemos na apresentação, Lucia Pereira foi uma das companheiras de Mato Grosso do Sul que somou no curso de formação de formadoras de PLP. Lucia é Kaiowá, mãe, professora e moradora na Aldeia Amambai. Graduada em Ciências Sociais e em Serviço Social, é também mestre em Antropologia pela UFGD.

problemas aí.[16] Mas, se esse monstro sair do poder e as coisas mudarem, acho que a gente avança, dentro da realidade delas que é isso que a gente tem que respeitar.

Ah, outra coisa. Eu ganhei esse livro de uma menina que ganhou um concurso de poesia. Ela chama Julia Mota, e a mãe dela me deu um exemplar do livro. E olha a dedicatória, a hora que eu li não aguentei e chorei, ela botou assim: "Magali você é mulher que nos transmite força e cura". Eu pirei quando eu li essa palavra, força e cura, aí ela botou: "Gratidão, Silvia Mota", mas cura eu falei: gente, eu não aguentei. Na hora que cheguei em casa que eu li, aí eu falei: gente, cura. Eu estou pensando nisso até agora, porque para mim foi muito forte. Força e cura, eu nunca tinha pensado nisso. Não dessa forma. Fiquei muito, muito emocionada.

**Simone Becker:** Palavras que curam, não é?

**Magali Mendes:** Eu pirei. Na hora que eu li isso, junto com meu filho, falei "olha o que a Silvina me deu, da filha dela". Daí fui abrir para ver a dedicatória e falei: "gente, é muito, muito forte". Cura é muito forte.

**Simone Becker e Danielle Tega:** Agradecidas, uma vez mais, pelos encontros e pela entrevista Magali!

**Magali Mendes:** Eu que agradeço vocês! Eu gostei de um negócio aqui, quando vi "Memórias e práticas de resistência". Achei bacana, mas vou repetir mais uma vez: eu só consigo fazer isso com pessoas que eu confio, entendeu? Não consigo fazer isso de outra forma, não conseguiria me expor tanto – porque quando a gente fala, tem contradição também, não é? [risos]. Mas eu não conseguiria fazer isso com pessoas que eu não confiasse, num sentido militante mesmo. Eu que agradeço vocês. Me lembrei da dona Laudelina.[17] Uma moça daqui de Campinas fez a tese sobre ela, aí a Laudelina falou assim para mim, na época:

[16] Magali faz referência aos assassinatos de Vitor Fernandes e de Marcio Moreira, indígenas da região do sul de Mato Grosso do Sul, cujas mortes fazem parte do genocídio e do etnocídio agudizados com o contexto político que vivenciamos. Além da referência sugerida na apresentação referente a essas mortes matadas [às quais se soma, recentemente, a de Vitorino Sanches], indicamos a matéria do Conselho Indigenista Missionário (CIMI, 2022).

[17] Magali faz referência à Laudelina de Campos Melo, pioneira na luta por direitos de trabalhadoras domésticas e fundadora do primeiro sindicato das empregadas domésticas do Brasil.

Ñanduty
ISSN:2317-8590

“Ela vai virar doutora com minha história!” Assim a felicidade da dona Laudelina, não é? Que com tudo que ela fez, ela não sentia que a história dela era importante. E acho que você, Dani, começou a fazer isso comigo. Com um monte de coisa que eu fiz, que eu falei ou que eu penso, eu não achava que era importante. Aí eu passo a achar importante no momento que você fala “vamos escrever juntas?”. Aí começo a pensar “nossa, a mesma criação da dona Laudelina, a minha história é importante! O que eu penso é importante, o dela era a história, eu, o que eu penso”. Isso é uma coisa que a gente, como militante, não tem essa percepção. São tantas coisas para fazer no dia a dia, tantas escolhas, muitas vezes, duras, que às vezes a gente sabe das necessidades, mas sem essa percepção. Eu é que agradeço a vocês duas.

**Referências Bibliográficas**

APIB. 2021. Comunicação da “Articulação dos Povos Indígenas Brasileiros” (APIB) ao TPI. In: https://apiboficial.org/2021/08/09/inedito-apib-denuncia-bolsonaro-em-haia-por-genocidio-indigena/ (acessado em 28 agosto de 2022).

ADOUE, Silvia; JOHNSON, Felipe. 2022. Sarambi: re-retomada da terra índigena em Guapo’y. *Contrapoder*. In: https://contrapoder.net/colunas/sarambi-re-retomada-da-terra-indigena-em-guapoy/ (acessado em 10 de agosto de 2022).

CIMI. Conselho Indigenista Missionário. 2022. “Após o “Massacre de Guapoy”, Vitorino Sanches sofre nova emboscada e é assassinado em Amambai (MS)”. In: https://cimi.org.br/2022/09/apos-o-massacre-de-guapoy-vitorino-sanches-sofre-emboscada-e-e-assassinado-em-amambai-ms/ (acessado em 30 de setembro de 2022).

FOUCAULT, Michel. 2010. *Em defesa da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.

IPEA. 2020. *Atlas da Violência do ano de 2020*. In: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/08/atlas-da-violencia-2020.pdf (acessado em 30 de setembro de 2022).

IPEA. 2022b. *Atlas da Violência do ano de 2021*. In: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/08/atlas-da-violencia-2020.pdf (acessado em 30 de setembro de 2022).

LIMA, Mariana Semião; MENDES, Magali; SILVA, Adriano Bueno. 2021. “Magali Mendes e a luta de mulheres forjada na prática coletiva: experiências de uma mulher negra”. In: OLIVEIRA JUNIOR, Wenceslao; LUZ, Renata Soares. 2021. *Casa dos saberes ancestrais: diálogos com sabedorias africanas e afro-americanas*. Campinas, SP: BCCL/UNICAMP, p.114-149.

MENDES, Magali. 2021. Entrevista com Magali Mendes na Rádio ViaPrev. In: https://www.youtube.com/watch?v=Y9lKdjBMki0 (acessado em 30 de agosto de 2021).

Ñanduty
ISSN:2317-8590

MENDES, Magali. 2022. “O feminismo negro na prática popular”. In: PINHO, Carolina; MESQUITA, Tayná Victória de Lima (orgs). *Pedagogia feminista negras: primeiras aproximações*. São Paulo: Editora Veneta (Serpente), p.163-180.

PORTO, Jaqueline Gonçalves; TEGA, Danielle. 2022. O Estado, as caravelas e a re-existência Kaiowá e Guarani. Le Monde Diplomatique Brasil, Acervo online, 27 jun. 2022.

TEGA, Danielle; MENDES, Magali. 2021. “(In)formação, afeto e coragem: notas sobre educação popular feminista”. In: NUNES, César Augusto; POLLI, José Renato (orgs). *Paulo Freire e os Direitos Humanos*. Jundiaí/Campinas: Editora Fibra / Edições Brasil / Editora Brasílica, p.61-76.

TEGA, Danielle; BELLUCCI, Mabel; TELES, Maria Amélia de Almeida. 2019. Entrevista com Amelinha Teles. *Revista Feminismos*, v.7, p.150-160.